

Notas e Reflexões

ÁFRICA NO SÉCULO XXI: QUE PROSPECTIVISMO E QUE CAUSAS; EFEITOS NOS ESTADOS AFRICANOS

Eugénio Costa Almeida

elcalmeida@gmail.com

Luso-angolano. Licenciado (Universidade Lusíada de Lisboa), Mestre em Relações Internacionais (ISCSP-UTL) e Doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais (ISCSP-UTL, Portugal). Investigador do Centro de Estudos Africanos (ISCTE-IUL, Portugal). Tem 3 ensaios publicados: "Fundamentalismo Islâmico: A Ideologia e o Estado" (2003), Azeitão, Autonomia 27, ISBN 972-98918-5-0; "África, Trajecto Políticos, Religiosos e Culturais" (2004), Azeitão, Autonomia 27, ISBN 972-98918-9-3; e "Angola, potência regional em emergência" (2011), Lisboa, Edições Colibri, 978-989-689-131-2.

Tem intervenção em algumas obras publicadas (ensaios, prefácios e poesia).

Participa, periodicamente, em Debates e Conferências como orador.

Preâmbulo

Em 25 de Maio de 1963 foi instituída a Organização de Unidade Africana (OUA) que visava a unidade entre os africanos recentemente saídos das várias independências derivadas das lutas independentistas; em Julho de 2002, e após proposta nada inocente de Muammar Kadhafi, a OUA converte-se em União Africana pela convenção de Durban. A nova UA visava e visa a integração política e económica dos Estados-membros africanos.

Estamos aqui, por isso, a comemorar meio-século do aniversário da unidade africana.

Desde tempos imemoriais que Africa tem sido um continente em constante movimento migratório, tanto a nível cultural – em particular devido aos movimentos recolectores e pastorícios, – seja a nível comercial ou militar.

Foram esses movimentos migratórios que permitiram o período luz dos egípcios, os seus contactos comerciais e culturais com o reino Núbio, ou destes com os povos Monomotapa – região entre Moçambique e Zimbabwe onde, segundo algumas lendas estaria o mítico reino da rainha Sabá –, as migrações cartaginesas para além das colunas de Hércules até ao "golfo do Corno de Ocidente" e à "montanha do Carro dos Deuses"¹, de onde o périplo de Hanão trouxe felpudas peles que, segundo os seus

¹ O golfo do Corno do Ocidente estaria entre o bojador e a foz do rio Geba (Guiné-Bissau) e a montanha do carro dos Deuses, estaria onde hoje é Camarões (segundo lenda esta palavra seria de origem fenícia)



companheiros, seriam de fêmeas de gorilas, mas que, para autores como Ki-Zerbo, pertenceriam a pigmeus (o que me parece difícil dado que os pigmeus não são peludos) ou a chimpanzés.

No entanto, as primeiras grandes migrações, que quase provocaram o desaparecimento de um povo, os Khoi-san² (também ditos bosquímanos ou hotentotes, conforme as zonas), povos de tez amarelada e olhos amendoados, verificaram-se com as invasões cataclísmicas dos Negros, povos negróides do Sudeste asiático, há mais de 200 séculos, com passagem pelo Sinai e pelo Mar Vermelho. De entre estes sobressaíram dois sub-grupos, os do Sudão Ocidental e os Ba’Ntu (Banto).

De início, os Banto avançaram até às regiões equatoriais, onde se mantiveram durante milhares de anos. Com as migrações árabes, especialmente, aquele grupo desceu para a região do Cabo, onde chegou quase ao mesmo tempo que os calvinistas holandeses, os antepassados dos Africânderes. Em qualquer dos casos os grandes prejudicados foram os Khoi-san que ficaram confinados a uma pequena região entre o deserto angolano do Namibe e a parte norte do Botswana embora existam uns quantos numa região no norte da África do Sul), ou seja, quase todo o deserto do Namibe/Calaári.

Actualmente, os Banto são considerados os verdadeiros povos autóctones africanos, esquecendo-se, seja por uma questão política, seja por uma questão sociológica, todos os outros membros geneológicos, em particular os bosquímanes, provavelmente os primeiros povos continentais, descendentes do "*Kenyanthropus africanus*", do "*Homo habilis*" e do "*Homem de Boskop*". Por outro lado tem-se a tendência, embora os últimos acontecimentos na região setentrional, em parte devido à Primavera Árabe, venham a demonstrar o contrário, a esquecer os povos caucasianos do Norte, os árabes, ou do sul, os africânderes.

Introdução

Entre a formação da OUA e a transformação em União Africana, o Continente africano passou por diversas vicissitudes políticas, económicas e sociais importantes, nomeadamente, a transformação das antigas colónias europeias em – nalguns, poucos, casos de sucesso – potenciais Estados geradores de importantes polos de desenvolvimento económicos e políticos e militares.

Os finais dos anos 80, particularmente após a implosão da antiga URSS, o fim do mito marxista e a afirmação do neoliberalismo conservador, tão a gosto de Fukuyama ou de Friedman, tem sido apontado e caracterizado como sendo o grande responsável pela larga referência que se tem feito à democratização do Continente Negro, com consequente proliferação de movimentos políticos em África, nomeadamente na África subsaariana.

O norte africano debate-se com um problema crucial: fazer coexistir os fundamentos de uma religião ainda, temporalmente, medievá ou, pelo menos assim a querem apresentar, não mutável e base de alguns sistemas políticos nacionais, com os ideais

camer + *ayoun* = *carro dos deuses*); as colunas ou pilares de Hércules correspondem ao estreito de Gibraltar.

² Dividem-se em bosquímanos ou boximanes (san-khoi, caçadores) e em hotentotes (os-khoi-khoi, pastores).



democráticos ditos ocidentais e laicos, onde o direito do Estado predomina sobre o direito eclesiástico. A “Primavera Árabe” é o exemplo vivo disto mesmo.

São ou foram-no os processos eleitorais em Angola, no Congo Democrático, no Gana, no Mali e na Nigéria, entre outros, ou ainda as que aí vêm, como as esperadas e sempre não marcadas eleições na Guiné-Bissau e Madagáscar, só para citar alguns exemplos, resultantes de *Coup d’États* ilegais e condenados pelas instituições internacionais, nomeadamente pela União Africana e que os centros decisórios regionais não conseguem fazer estancar.

Mas note-se que este tipo de democracia, também conhecida por demoliberalismo, hoje em dia tanto em voga nos países de Leste europeu, como na Europa ocidental, sem que, no caso dos primeiros, tenha conseguido evitar a proliferação dos sangrentos neonacionalismos, como os que se verificam no Cáucaso e nos Balcãs, não tem sido formalmente acompanhado pelos Estados Africanos na mesma amplitude.

Mas se a nível político, África tem registado evoluções e recuos sistemáticos, já a vertente cultural não tem sido descurada, (nem por alguma vez essa questão se poderia colocar), até porque, mais do que o desafio que à partida nos é imposto, África é uma miscelânea de culturas com que a todo o passo tropeçamos. Aliás, a primeira parte deste texto aborda uma das problemáticas culturais do continente, os fluxos migratórios, sejam internos, sejam externos, bem assim toda a influência que os mesmos tiveram na formação cultural e, mais tarde, na nova engenharia social e política da África em mutação.

Que perspectiva e que prospectivismo?

1. A Formação das duas Áfricas

Face aos actuais movimentos políticos – uns, contestatários, outros, de ruptura – que por quase toda a África persiste, é legítimo questionar se se trata de um sintoma em que o sistema partidário que nos querem impor está em involução e, como tal, a ser progressivamente substituído por um pluralismo cultural ou a caminho de uma vertente politicamente proto-mexicanizada como se verifica em alguns Estados?

Para responder, recorramos à tese sustentada por Fernando Chambino³, nesse domínio (Almeida, 2004).

Segundo ele, e em função do modelo de implantação talassocrático do colonizador europeu – registe-se que só em Portugal transmitiu um modelo *talassocrático* puro, os ingleses e os franceses, mais estes que aqueles, adoptaram o modelo *epirocrata* – existem o que se poderia designar por duas Áfricas. Uma, a do contacto e da mudança cultural, geralmente identificada com o urbanismo litorâneo, onde a pedagogia e a massificação social superam as condicionantes da transição, e outra, em que o contacto de culturas foi escasso ou, mesmo inexistente, sede do conservadorismo e do privilégio costumeiro, representado pelos chefes tradicionais, cujo poder é suportado pela complexa questão da legitimidade de origem e que, factualmente, se opõem aos adeptos da mudança.

³ Fernando Chambino, entretanto falecido, abordou esta temática comigo quando eu era aluno na Universidade Lusíada e propôs-me que, quando pudesse, a desenvolvesse. Porque sabia que esta era uma matéria a desenvolver na sua dissertação doutoral, nunca o fiz.



Qualquer das duas Áfricas não abdica do direito que reivindica da manutenção e do exercício do poder e, simultaneamente, com afectação egocêntrica.

Por sua vez, também Lavroff refere a existência de três grandes obstáculos para a consagração evolutiva do pluripartidarismo em África. A tentativa dos novos líderes se definirem como dirigentes de todos os Povos, daí não havendo lugar, pelo menos manifesto, para outros partidos políticos, apesar de isso consagrarem e anunciarem, de modo a serem congregados à volta de um partido claramente predominante, dito iluminador, todos os que têm qualidades para *bem governar*. O senhor Mugabe é um dos principais defensores desta tese; mas há mais...

Por fim, a, ainda, criação de um verdadeiro nacionalismo. Não esqueçamos que a maior parte dos países africanos são uma amálgama de etnias, diferentes entre si, que, na época colonial, foram incentivadas ao etnocentrismo. O conceito de Nação só em poucos países começa a estar implantado, como por exemplo em Cabo Verde, Angola, Lesoto, Senegal ou Swazilândia. De resto existem, apenas, projectos nacionais com maior ou menor impacto na sociedade; a África do Sul é um destes últimos casos

Estes três obstáculos, bem assim como a sua conjugação com a tese das duas Áfricas, não são, de *per si*, sustentáculos suficientes que permitam manter a mexicanização políticas que os regimes, quase totalitários, ainda fazem persistir.

Aproveitando uma tese de Erik Wright (1981: 69) – embora contextualizada para uma situação diferente – a implantação de um regime realmente democrático do tipo Ocidental só acontecerá quando existir uma *"sabotagem económica eficaz perpetrada pela burguesia capitalista"* de modo que, uma insurreição seja vitoriosa perante um aparelho repressivo. E esta insurreição só cobrará dividendos quando *"...esse aparelho se dividir ou se desintegrar..."*.

Ora, foi precisamente isso que se verificou na defunta União Soviética, nos antigos estados do Leste Europeu, nos países jugoslavos e é o que se tem verificado embora em muito menor escala, em Estados africanos como Madagascar, no Benim, no Burkina-Faso ou no Quénia.

2. Que Democracia, que Pluralismo

Pessoalmente, perspectivando a afirmação da pluralidade ideológica, apesar de continuar a persistir dirigentes como Mugabe (Zimbabwe), Obiang (Guiné-Equatorial), Biya (Camarões), Museveni (Uganda) ou Camporé (Burkina Faso), que defendem e defenderam a manutenção do poder, segundo a sua visão programática e segundo o seu "carisma" pessoal, sendo que alguns chegaram ao poder através de sangrentos golpes de Estado.

No entanto, deveremos considerar para cada caso, cada País, a sua própria especificidade. Não poderemos transmitir para um islâmico os mesmos valores que os europeus possuem, ou seja, a cultura judaico-cristã. Também estes valores, não são, em parte ou num todo, conforme os casos, possíveis de serem apreendidos por todas as culturas africanas, cuja raiz cultural é epiocrata, animista, conservadora e costumeira, ou seja, o domínio do "soba", o chefe político, administrativo e, por vezes, curandeiro, gestor de um grupo unido, sobrepõe-se aos interesses individuais de um qualquer indivíduo desfasado da sociedade onde se insere.



Pelo contrário, a África talassocrática ou das cidades, aceita melhor essa recepção. As grandes *metrópoles* africanas, são muito individualistas, descaracterizadas. Aliás, o afrocitadino é um aculturado por natureza, daí melhor receber qualquer nova ideia que se lhe depare.

Para África a melhor solução poderá ser fazer coexistir o sistema político ocidental, o chamado liberalismo democrático – não aquele que se verifica, hoje em dia, na Europa mas uma mistura entre a *terceira via* social de Anthony Giddens (a teoria da estruturação) com o liberalismo conservador de Locke e Adam Smith –, com sistema social africano costumeiro.

Para tal nada melhor do que criar uma organização política onde coexistam duas Câmaras de Representantes. Uma, tipicamente ocidental, o Parlamento Nacional, com todas as características próprias do sistema democrático. Outra, não menos importante, provavelmente até mais, seria uma Câmara Consultiva e de Fiscalização, tipo Senado, onde tivessem assentos os chamados “Homens-Bons” da sociedade tradicional, ou seja, os sobados, as chefaturas, ou os “monarcas e príncipes” nacionais, em suma, os chefes tradicionais. Seria uma Câmara Consultiva com poderes fiscalizadores e que poderia, e só em último caso, ter, também, poderes legislativos.

3. Que Fronteiras terá Africa no século XXI?

A Carta da OUA, aprovada em Adis-Adeba em 1963, e ratificada pela sucessora União Africana, estipulava a manutenção e intangibilidade das fronteiras coloniais, do pós-Conferência de Berlim.

Casos como Biafra, Katanga, Chade, ou a região Tuaregue (Mali-Argélia), confirmam-nos que a Carta está a ser aplicada, quaisquer que foram as consequências que advieram aos seus infractores. Tal como Cabinda ou Kaprivi. Só a região eritreia e por razões político-históricas se separou, em 1993, da Etiópia e com o prévio acordo desta.

Todavia, mais recentemente, houve um facto que contrariou a Carta da UA, mais devido a inconcebíveis imposições externas aos africanos que por real vontade destes: a secessão do Sudão do Sul. Pode ter sido um prenúncio do que poderá vir a acontecer a outras regiões onde interesses externos sejam mais superiores que os interesses dos africanos u dos autóctones. E se há casos onde isso poderá acontecer...

Para isso recorde-se, a emergência de um nacionalismo, mais próximo de um conceito tribal que nacional, a afirmação de valores etno-culturais antigos, a apetência para o poder de certos dirigentes, que não olham aos meios para atingirem os seus fins, o caso Sudão que se cingir, como acima já referi em dois Estados, fazem supor que a imutabilidade das fronteiras coloniais já não se põe com a clareza que a Carta implicava.

Também a adopção, pelo Uganda, da antiga denominação régia de Buganda, poderá fazer – e de certa forma, o faz – questionar as actuais fronteiras coloniais que correspondem com o antigo reino; não é em vão que, periodicamente, a questão dos Grandes Lagos – embora com outros actores nos papéis principais –, surja nos noticiários internacionais no que é razão recente a visita do Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, à região e ao facto do nordeste congolês – que faz parte da região lacustre – estar em constante ebulição político-militar com solução imprevisível.



Verifica-se a nível político, a nível cultural e, principalmente, a nível económico, que o conceito tradicional ocidental de nacionalismo deixou de ser um valor inquestionável, para assumir, embora pareça paradoxal face ao conteúdo programático que o mesmo contém, valores próximos de uma Aldeia Global.

Apesar de tudo, e citando o periódico de economia Financial Times, o Continente negro é um continente a apostar. Também o recente relatório “*Africa Attractiveness Survey*” da empresa de consultadoria Ernest & Young, indica que até 2040, Angola, Nigéria, África do Sul, Gana, Egipto, Quénia e Etiópia, serão os países que mais acolherarão o maior número de investimentos externos e vão estar entre os maiores motores de crescimento global.

Cabem aos nossos dirigentes reafirmarem e confirmarem essa aposta não esquecendo que, desde 2007, o ganho acumulado do crescimento africano ascendeu aos 21%, cerca de três vezes mais que nos chamados mercados desenvolvidos.

Daí que a estabilidade das fronteiras nacionais seja um modelo a considerar e a defender pelos Estados africanos sob pena do periclitante desenvolvimento social dos nossos países ser colocado, ainda mais, em causa.

Não pode – não deve – continuar a acontecer casos de questionamento das fronteiras como os que acontecem – e só vou dizer três que nos são mais próximos – entre Angola e Congo Democrático, na foz do Zaire; Guiné-Bissau e Senegal (na perpendicular de Casamance); ou entre o Malawi e Tanzânia/Moçambique, no Lago Niassa. Tudo devido a um único factor desestabilizador: hidrocarbonetos!

Ora um dos meios que permitirão os Estados africanos poderem melhor defender as suas fronteiras políticas e geográficas passam pela cooperação múltipla, seja interna, através dos diferentes organismos político-económicos como a SADC, a CEDEAO ou CEEAC; seja, e principalmente, pelo reforço externo da cooperação política, económica e militar onde se destaca, por exemplo, a Comissão do Golfo da Guiné e, ou, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (Almeida & Bernardino, 2013) como veículos de salvaguarda territorial marítima.

Constata-se que o pouco interesse que os nossos Estados africanos, nomeadamente, as proto-potências regionais da zona do Golfo (África do Sul, Angola e Nigéria) têm – ou tiveram – pelas forças navais levaram que sejam potências externas (EUA, Reino Unido, França, Espanha, Portugal e Brasil, entre outros) a procurarem manter as rotas marítimas entre o Cabo e o Hemisfério ocidental livres.

Registe-se, que tanto a África do Sul (que terá encomendado 3 submarinos) como Angola procuram, agora, fomentar a sua marinha e, com isso, evitar que o Golfo seja uma área não africana.

Ficam estas reflexões bem como esta pergunta no ar: “que fronteiras haverá no nosso Continente no final deste século?”.

Referências Bibliográficas:

Almeida, Eugénio Costa e Bernardino, Luís (2013). *A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: organizações interzonais para a persecução*



da segurança marítima da Bacia Meridional Atlântica; Lisboa, Revista Militar n.º. 2532, páginas 43-61.

Almeida, Eugénio Costa (2011). *Angola, potência regional em emergência*, (prefácio de Mário Pinto de Andrade); Lisboa, edições Colibri.

Almeida, Eugénio Costa (2004). *África, Trajectos Políticos, Religiosos e Culturais*, (prefácio de António Sousa Lara); Lisboa, Autonomia 27.

Balogun, Ola; Aguessy, Honorat; Diagne, Pathé; e Sow, Alpha I. (1980). *Introdução à Cultura Africana*; Lisboa, UNESCO / Edições 70.

Fortes, Meyer, Evans-Pritchard, Edward E. (1981). *Sistemas políticos africanos*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Grimal, Henri (1989). *Historia de las Descolonizaciones del Siglo XX*, Madrid, Iepala Editorial.

Ki-Zerbo, Joseph (1990). *História da África Negra*, (prefácio de Fernand Braudel); Mem Martins, Pub. Europa-América (2 volumes).

Lavroff, Dmitri (1975). *Os partidos políticos da África Negra*; Amadora, Bertrand.

Pereira, Renato G.. *Do Tribalismo ao Marxismo Africano* consultado online, [acedido em 21/05/2013] em

<https://www.facebook.com/notes/mandachuva-pecus-malthus/do-tribalismo-ao-marxismo-africano/319123191447681>

Wright, Erik Olin (1981). *Classe, crise e o Estado*; Rio de Janeiro, Zahar editores.

Portal ANGOP, Agência AngolaPress. "Angolanos precisam encarar Oceano Atlântico de forma diferente" consultado online, [acedido em 21/05/2013] em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2013/3/15/Angolanos-precisam-encarar-Oceano-Atlantico-forma-diferente,9bace6e2-d79d-47af-a9a0-194ff5f2936b.html

"Fluxo de IDE em Angola"; in *Expansão*, edição 217, de 17 de Maio de 2013, página 5 consultado online, [acedido em 21/05/2013] em

http://www.expansao.sapo.ao/noticias/nacional/detalhe/angola_fora_do_top_10_dos_paises_com_maior_investimento_estrangeiro_em_2012;

<http://tpa.sapo.ao/desporto/economia/angola-com-economia-atractiva>

Como citar esta Nota

Almeida, Eugénio Costa (2013). "África no século XXI: que prospectivismo e que causas; efeitos nos Estados africanos". Notas e Reflexões, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 4, N.º 2, Novembro 2013-Abril 2014. Consultado [online] em data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol4_n2_not2